O CONSENSO INDISPENSÁVEL: FIGURAÇÃO DO POLÍTICO NO DISCURSO DE COMANDANTES MILITARES BRASILEIROS: 1979-1988

THE INDISPENSABLE CONSENSUS: FIGURATION OF THE POLITICAL IN THE DISCOURSE OF THE BRAZILIAN MILITARY COMMANDERS: 1979-1988

EL CONSENSO INDISPENSABLE: FIGURACIÓN DEL POLÍTICO EN EL DISCURSO DE LOS JEFES MILITARES BRASILEÑOS: 1979-1988

Mauro Eustáquio Costa Teixeira[1]

Resumo: Este artigo se propõe a analisar o conteúdo das "ordens do dia" emanadas pelos ministros militares brasileiros no período da transição política (1979-1988), com o objetivo de verificar, nestes documentos, elementos que permitam identificar uma determinada modalidade de figuração do político por parte das elites militares de então. O trabalho se inspira nas formulações de Marcel Gauchet, para quem o político é a instância da vida humana que conduz à coletividade e a interdependência entre os indivíduos. Nossa análise ressalta, nestes discursos, uma visão bastante limitada de democracia, que rejeitava o dissenso e a organização autônoma dos movimentos sociais, e que viria a dificultar a efetiva implementação de um Estado Democrático de Direito no Brasil.

Palavras-chave: transição; militares; político; Nação.

Abstract: This article aims to analyze the content of "agendas" issued by the Brazilian military ministers in the period of political transition (1979-1988), with the aim of checking these documents, permitting identification of a particular type of political figuration by military elites then. The work builds on formulations made by Marcel Gauchet, for whom the politic is an instance of human life that leads to the community and interdependence among individuals. Our analysis points out, in these speeches, a very limited vision of democracy, rejecting dissent and autonomous organization of social movements, and that would hinder the effective implementation of a democratic state in Brazil.

Key words: Brazilian transition; military; political; Nation.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el contenido de las "agendas", emitido por los ministros militares brasileños en el período de transición política (1979-1988), con el objetivo de revisar estos documentos, lo que permite la identificación de un tipo particular de figuración política por las élites

[1] Universidade Federal de Ouro Preto/Campus Mariana (UFOP), Mariana, MG, Brasil. E-mail: mauroteixeirabh@gmail.com

militares entonces. El trabajo se basa en formulaciones de Marcel Gauchet, para quien la política es una instancia de la vida humana que conduce a la comunidad y la interdependencia entre los individuos. Nuestro análisis señala, en estos discursos, una visión muy limitada de la democracia, que rechaza la disidencia y la organización autónoma de los movimientos sociales, y que obstaculizarían la implementación efectiva de un Estado democrático en Brasil.

Palabras clave: Transición brasileña; militar; político; Nación.

Introdução

O processo histórico que aqui apresentamos sob a denominação de "transição"[2] diz respeito à desmontagem dos mecanismos de exceção implantados pelo regime autoritário que se instalou no Brasil a partir do golpe militar de 1964 e à criação de condições para a construção de um Estado Democrático de Direito – construção esta ainda em marcha nos dias de hoje.

Há bastante controvérsia sobre os limites temporais deste processo de transição. Optamos, aqui, pela demarcação proposta por Daniel Aarão Reis Filho (2002, p. 11), para quem ele começa com a revogação dos Atos Institucionais, a partir de 01 de janeiro de 1979, e se encerra com a promulgação da "Constituição Cidadã", em 05 de outubro de 1988.

Temos observado, em nossas pesquisas, que durante a transição o processo político brasileiro precisou obedecer a limites bastante rígidos, que circunscreviam o grau de autonomia da sociedade na formulação de caminhos para a democracia. Tais limites foram impostos, em grande medida, pela cúpula das Forças Armadas, que continuava a desempenhar papel decisivo no comando do Estado brasileiro ao longo dos anos 1980.

O que se pretende, neste trabalho, é compreender as limitações impostas pelos militares à liberalização do regime político brasileiro, a partir de das características da *figuração do político* mobilizada pelos comandantes das instituições castrenses brasileiras no período demarcado.

Neste sentido, partiremos das formulações de Marcel Gauchet (2005, p. 9), que chama de *o político* a instância que possibilita o social, "aquela que permanece apesar da amplitude da mudança e que define nossa identidade fundamental de atores do viver coletivo."[3]. Em outras palavras, enquanto nossa condição histórica nos faz construir novas formas de vida, a condição política nos mantém ligados uns aos outros enquanto seres humanos.

Rosanvallon, por sua vez, chama a atenção para uma das principais dificuldades encontradas pela afirmação do regime democrático: trata-se da

[2] Esta é a denominação adotada por Fico (2012, título) e por Daniel Aarão Reis (2002, p. 11). É comumente chamado também de "abertura" (D'Araujo, 1995, título) e de "democratização" (Abreu, 2006, título).

[3] Tradução nossa, assim como em todas as citações deste autor.

questão da "figuração" do povo por parte dos agentes políticos, uma dificuldade em se compreender o soberano da democracia de forma substancial, de reconhecê-lo na sua complexidade:

> Toda a dificuldade reside na distância entre um princípio político – a afirmação da supremacia da vontade geral – e uma realidade sociológica. (…) Há, assim, uma contradição que se instala entre o *princípio político* da democracia e seu *princípio sociológico*. O princípio político consagra o poder de um sujeito coletivo, enquanto o princípio sociológico tende a dissolver a consistência e a reduzir a visibilidade (ROSANVALLON, 2002, pp. 15-6).[4]

No caso dos militares brasileiros, esse distanciamento pode ser verificado no fato de que o mesmo discurso que consagrava a democracia como princípio e o papel do povo como um sujeito coletivo, tinha grandes dificuldades para aceitar esse "povo" como uma realidade heterogênea e contraditória, bem como para admitir o conflito e a reinvenção social como fatores integrantes de uma construção democrática.

Em nossa percepção, um caminho possível para o entendimento das posições políticas da cúpula militar brasileira durante a transição é tentar compreender como essa elite em particular figurava a condição política da humanidade, os vínculos que nos tornam comunidade.

O material que utilizaremos para esta análise serão as "ordens do dia" divulgadas pelos ministros militares por ocasião dos aniversários da "Revolução", a 31 de março. A riqueza deste material consiste, em nossa visão, em três fatores: são destinadas ao "público interno" (subordinados), através da leitura nos quarteis, mas também ao "externo" (sociedade em geral), já que eram divulgadas para publicação em jornais, tornando-se assim instrumento de comunicação da cúpula militar com a sociedade; ligam-se, ao mesmo tempo, ao passado (ao reafirmar os ideais de 1964) e ao futuro desejado (expondo os caminhos considerados mais convenientes para a transição); por fim, são discursos de caráter oficial, assinados pelos mais altos comandantes de cada Força e portando, assim, visões políticas que eram hegemônicas entre as instituições castrenses[5].

Como comandantes máximos de suas respectivas forças, os ministros militares emitiam conceitos e opiniões que iam muito além de suas pessoas: eles falavam pelo conjunto da comunidade fardada. Mesmo que devamos levar em consideração o fato de que esta não apresenta um pensamento homogêneo ou monolítico, seus comandos expressam o que pensam e sentem os setores delas que detinham mais poder e capacidade de intervenção na

[4] Tradução nossa.

[5] Usaremos, ainda, um discurso do Chefe do Estado Maior do Exército e uma entrevista do Comandante da VI Região Militar, ambos de 1979; mesmo não se tratando de "ordens do dia", mantém as características elencadas acima.

realidade. É significativo que, apesar do papel desigual ocupado pelas três forças (o Exército detinha muito mais recursos e poder do que a Marinha ou a Força Aérea), as ordens do dia que relembravam 1964 exibiam notável coesão entre elas, dando a entender que a figuração do político e agenda política eram compartilhadas pelo conjunto dos comandantes.

Nestas falas, que repetem obsessivamente o desejo de "democracia" (aplicado tanto à "Revolução" de 1964 quanto aos anos em que são escritas), os oficiais generais não figuram o sujeito político do regime representativo – o "povo" – de forma diversa e heterogênea. Ali, o sujeito da democracia é a "nação", um todo orgânico, portador de uma vontade única e coesa, e fechado ao conflito e à dissensão. Em nosso entender, essa figuração explica, ainda que em parte, as limitações impostas – algumas até hoje – à democratização brasileira.

Um último esclarecimento se faz necessário: os conteúdos político-ideológicos aqui enfocados não são, bem o sabemos, exclusivos das Forças Armadas, nem em 1964, nem no período da transição. Ao contrário, são partilhados por porções hegemônicas das elites civis e mesmo por parcelas importantes dos setores populares. O golpe, a ditadura e a transição não são obra exclusiva de militares. Porém, na medida em que estes são o agrupamento que comanda concretamente o Estado nestes três momentos, suas formulações políticas se fazem decisivas para o entendimento do período.

1 – Considerações sobre política e ideologia entre os militares

Analisar um comportamento e um posicionamento políticos que consideramos específicos dos integrantes das Forças Armadas requer que levemos em consideração as especificidades destas corporações em termos de organização interna e de relação com o conjunto da sociedade, de forma que possamos compreender os vetores que orientam a formação de identidades políticas entre eles.

Ainda nos anos 1950, Samuel P. Huntington (1996, P. 97) propôs para estas questões uma interpretação que se baseia na ética profissional própria dos militares. Esta ética derivaria do fato de que "a profissão militar existe para servir ao Estado"; sendo assim, a ética profissional militar, para Huntington, "Exalta a obediência como a maior das virtudes do militar".

Ao verificar as implicações ideológicas desta ética militar, Huntington chamou a atenção para uma incompatibilidade entre ela e os princípios filosóficos que regem a ideologia liberal. Enquanto esta afirma a liberdade individual e a crença no progresso do homem, aquela crê no primado da obediência e é pessimista quanto ao comportamento da humanidade. Por estas razões, a liderança militar tende a ver com muita desconfiança um modelo no qual o polo dinâmico "não é mais a ordem definida e imposta

do alto, e sim o movimento emanado da base." (HUNTINGTON, 1996, p. 103).

No caso do Brasil da transição, essa postura se revela na rejeição que as elites militares dirigem aos movimentos sociais, quando estes agem fora da tutela do Estado. Em 1979, por exemplo, o Ministro do Exército, General Walter Pires de Albuquerque, ressalta que a "Revolução" de 1964 se fez com o objetivo de interromper o processo de "desagregação política, econômica e social" que representavam, na sua visão, as "greves de natureza político-ideológica, passeatas perturbadoras da ordem (…) e, principalmente, uma intensa pregação do ódio entre as classes sociais" (EXÉRCITO, 1979, p. 6).

Na fala do general, a manifestação, por parte das classes trabalhadoras, de reivindicações que fossem além dos interesses estritamente econômicos, bem como a ocupação de espaços públicos por estas reivindicações eram fatores de "desagregação"; a defesa de ideologias não baseadas na colaboração entre classes (em outras palavras, na manutenção do *status quo*) era tratada como "pregação do ódio".

Uma rejeição ainda mais radical opõe esta "ética militar" ao marxismo, na visão de Huntington:

> Para o marxista o grupo básico é a classe – a humanidade é cortada horizontalmente; para o militar, o grupo básico é o Estado-nação – a humanidade é cortada verticalmente (…) As únicas guerras que ele [o marxista] pode sancionar são as guerras de classes, assim como as únicas Forças Armadas que ele pode aprovar são os instrumentos de classe. (HUNTINGTON, 1996, p. 112).

Estas tendências gerariam, nas Forças Armadas, um anticomunismo "natural"; porém, no Brasil, os militares sofreram ainda duas fortes inflexões na direção anticomunista: a herança da "intentona comunista" de 1935 e a preponderância das doutrinas de *guerra revolucionária* e de *segurança nacional* na formação de oficiais[6].

Este caráter fortemente anticomunista estará presente nas comemorações do movimento de 1964. Os chefes militares apontam para a atividade comunista como fator gerador da "desagregação" anterior ao golpe de 1964. Walter Pires, em sua ordem já citada de 1979, lembra que, no período, "os adeptos da ideologia marxista-leninista" visavam à "efetiva tomada do poder" (EXÉRCITO, 1979, p. 6). Mais tarde, em 1982, ele identifica as críticas que se fazem ao regime implementado pelo golpe como parte da "nova investida do marxismo na América" (IDEAIS... 1982, p. 7). Esta posição acompanha uma formulação comum no discurso militar dos anos 1980: a de que as denúncias das atrocidades cometidas pela ditadura brasileira faria

[6] Para a herança da "intentona", ver CASTRO, 2002, p. 49-67; para a "guerra revolucionária", ver CHIRIO, 2012, pp. 20-5; para a "Segurança Nacional", BORGES, 2003.

parte de um novo e insidioso plano comunista de tomada do poder, desta vez "desmoralizando" as Forças Armadas para afastá-las do combate à esquerda (TEIXEIRA, 2012, pp. 148-150).

Em outras "ordens do dia" a referência aos ideais e militantes comunistas se fazia sem que fossem diretamente nomeados. Em 1981, o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, tece considerações irônicas acerca do ex-secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luis Carlos Prestes (referido apenas pela alcunha de "Cavaleiro da Esperança"), culminando na afirmação de que "o traidor de 35[7] é, hoje, uma voz solitária, um esquecido e inconveniente fardo, tão velho e ultrapassado como sua cartilha, tão longe da realidade como os radicais brasileiros. Oportunistas, nada mais, inconsistentes, nada mais". Mais à frente, o Brigadeiro opina, de forma sinuosa, pela exclusão dos comunistas da vida democrática: "não nos consta que as vozes dos velhos cantores da Internacional estejam afinadas para entoar o hino da Independência." (RADICAIS... 1981, p. 5).

Para Huntington (1996, pp. 112-3), o conservadorismo burkiano seria "basicamente semelhante à ética militar", sobretudo por ser flexível quanto a ideias, metas e valores, razão pela qual não procuraria impor às Forças Armadas um modelo político-ideológico preestabelecido.

Escrevendo na década seguinte, Morris Janowitz chega a uma conclusão semelhante por um caminho diferente. Ele ressalta que "Fundamentalmente, o soldado profissional é conservador, visto que sua origem social firma-se na história da nobreza pós-feudal na Europa e de seus equivalentes sociais nos Estados Unidos" (JANOWITZ, 1967, p. 27).

Além da origem social, elementos ligados à própria natureza da profissão militar, bem como ao seu lugar social no ocidente, determinariam essa predominância conservadora. Assim, "a instituição militar depende de outras elites dominantes para sua própria existência, para seus recursos econômicos e para seus privilégios e emolumentos". Por esta razão, entre as características do que o autor denomina "tradicionalismo militar", estaria o "rígido compromisso com o *status quo* político." (JANOWITZ, p. 26, itálico no original).

Uma ilustração dessa mentalidade elitista e tradicionalista entre os oficiais brasileiros pode ser encontrada na própria trajetória da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Segundo Celso Castro, a partir de 1931, o comandante da Academia, General José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, introduziu uma série de reformas, que pretendiam, entre outros objetivos, moldar uma ideologia marcada "pelo culto do passado, pelo espírito de tradição" e "criar uma elite homogênea" de oficiais. Em suas próprias palavras, José Pessoa almejava criar "uma verdadeira aristocracia física,

[7] Prestes foi o principal líder da chamada "Intentona" de 1935. Mesmo tendo se desvinculado do Exército desde 1922, as Forças Armadas sempre o consideraram "traidor" por aquele ato.

intelectual e moral" (CASTRO, 2004, pp. 126-9).

No caso da América Latina desde a década de 1960, estas tendências ver-se-iam aprofundadas por uma nova concepção de profissionalismo militar. Alfred Stepan (1987, pp. 22-3) discorreu sobre este "novo profissionalismo" assimilando-o à ideologia de "Segurança Nacional".

Em contraste com o "velho profissionalismo", baseado na preponderância das tarefas relacionadas à segurança externa, na especialização técnica e no apolitismo militar, esta nova concepção enfatizava a premência do combate ao "inimigo interno", politizando os militares e desenhando para eles um raio de ação irrestrito na sociedade.

De tal forma, tanto pelas características que a sociologia militar atribui às forças armadas em geral, quando pela trajetória histórica das instituições castrenses brasileiras, fica demonstrado um certo grau de incompatibilidade das elites militares do Brasil com uma configuração social que tivesse como eixo a sociedade civil. Esta incompatibilidade será decisiva para a figuração do político por parte dos generais brasileiros do período de transição.

2 – A figuração do político por parte da elite militar brasileira

Onde residiriam, na visão dos comandantes militares brasileiros à época da transição, as origens do político, as raízes da condição coletiva dos seres humanos?

Nos momentos em que se comemorava a vitória da "Revolução" de 1964, buscava-se também o reforço dos vínculos entre comandantes e comandados. Para tanto, lembrava-se daqueles fatores que eram considerados como geradores da coletividade no país, condições de existência para a sociedade brasileira enquanto tal.

Uma rápida análise das alocuções proferidas pelos comandantes das três forças naqueles momentos revelará que os oficiais generais compartilhavam certo conjunto de imagens em torno dos fundamentos da convivência entre os homens. Em comum a estes fundamentos, haveria uma condição de estarem fora do alcance da ação humana. Ou seja: na visão dos comandantes, a existência em sociedade seria regida por fatores que ao homem não caberia alterar, mas apenas compreender e aceitar. O político, assim, obedeceria a padrões, se não imutáveis, bastante rígidos; a possibilidade de sua transformação é vista sempre com desconfiança e rejeição.

As formulações de cunho religioso são bastante recorrentes nos discursos dos comandantes militares da transição. o Almirante Maximiano da Fonseca, Ministro da Marinha em 1979, dizia serem as Forças Armadas "guardiãs dos mais *sagrados* valores espirituais e culturais de nosso povo" (MARINHA, 1979, p. 6), ao passo que Walter Pires, Ministro do Exército, afirma, em 1984, que a "Revolução" se enraizava em "nossas origens cristãs

e democráticas" (CLICHÊS..., 1984, p. 6).

Apesar da expressiva presença de imagens religiosas no discurso dos oficiais generais, não seria adequado dizer que este discurso se enquadra em uma figuração puramente sobrenatural do político. Isso porque não retiram da coletividade a responsabilidade de agir em defesa do "conteúdo cristão e democrático" (CLICHÊS..., 1984, p. 6) dos ideais de 1964. A figura da religião aparece ali como uma espécie de suporte cultural do anticomunismo e da defesa da "ordem". Os comandantes das Forças Armadas, em seus discursos comemorativos, parecem mais próximos de basear sua figuração do político no elemento da *nação*.

Conforme Bauman, o esforço de construção da nação aparece como um fenômeno tipicamente moderno, destinado a "fundir e mesclar as comunidades de base local e acesso imediato em entidades mais amplas, distantes e supralocais" (BAUMAN, 2000, p. 43), funcionado como um "remédio" para amenizar o impacto da consciência da transitoriedade da vida humana, ao conectar a existência individual finita à propalada imortalidade do "ser nacional".

Em nossa interpretação, a descrição que o filósofo alemão faz dos pré-requisitos para o bom funcionamento da ideia de nação no sentido dos objetivos acima mencionados revela que o pertencimento nacional tende a exigir do indivíduo uma atitude passiva e pouco questionadora: "Para fazer efeito, o remédio precisava de conformidade, não de audácia; de adesão aos padrões, não de sua ruptura; de observação de limites, não da abertura de novos caminhos. Era, portanto, um remédio popular e populista para uso comum, repetido e contínuo." (BAUMAN, 2000, p. 44).

A nacionalidade não demanda dos homens feitos extraordinários, mas apenas adesão, conformidade e obediência a um modelo preestabelecido de comportamentos e sentimentos, um modelo que seria característico *daquela* nacionalidade, gestado, acreditava-se, em tempos imemoriais, e supostamente destinado a durar para sempre.

Nas "ordens do dia", emitida pelos comandantes das Forças Armadas brasileiras durante a transição, a figura da nação aparece revestida de características anteriores e superiores àqueles que a integram, características estas capazes de determinar padrões que deveriam reger as relações entre estes homens e mulheres. Nesta formulação, a transgressão destes padrões colocaria em risco a própria existência da comunidade.

Assim, ao celebrar os vinte anos do golpe, em 1984, o Ministro da Marinha, Almirante Alfredo Karam, dizia que aquele movimento havia conseguido "restabelecer no país uma ordem constitucional consentânea com as tradições cívicas da nossa gente" através da neutralização de "uma agitação que só poderia conduzir à destruição dos *valores básicos* da vida nacional" (DEVER..., 1984, p. 6, itálico nosso).

Desta forma, a "Revolução" se entendia como obra restauradora: a "vida nacional" seria regida por "valores básicos" que a "agitação" ameaçava destruir; ora, se esses valores constituíam a base do existir coletivo, pode-se facilmente inferir que sua destruição, na visão do almirante, equivaleria ao colapso da própria coletividade em si. A nação, então, aparece como um todo orgânico, portador de princípios e valores que deveriam, necessariamente, ser partilhados e defendidos por todos os seus integrantes. Era algo desta natureza que justificava a ruptura institucional, na visão do Ministro do Exército, General Walter Pires, em 1979. Para ele, a "Revolução" fora obra do "povo brasileiro como um todo", motivada pela repulsa da "comunidade nacional" em relação ao quadro político vigente no governo Goulart (EXÉRCITO, 1979, p. 6).

Podemos observar, na fala do general, a noção de "comunidade nacional" como um todo que porta uma vontade única e homogênea. É o que se observa também, na alocução do Ministro da Aeronáutica no governo Figueiredo, Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, em 1982. Naquele ano, em que se disputariam as primeiras eleições após o fim do bipartidarismo imposto em 1965, o oficial manifestava explicitamente seu incômodo com a diversidade político-ideológica que começava a ser aceita no quadro institucional brasileiro: "Em verdade, a oposição no brasil pode, hoje, ser comparada a uma missa rezada em várias línguas, ao mesmo tempo, onde cada um ouve apenas a sua parte, mas acredita piamente que o alarido quer dizer a mesma coisa." ("OS CAMINHOS...", 1981, p. 7).

O brigadeiro assimila a multiplicidade de vozes e propostas no cenário político a um ruído, um "alarido" causado pela "incontinência verbal de extremistas ressuscitados". Para ele, este vozerio não teria relação com o que chama de "vontade nacional": "Conforta-nos, entretanto, saber que, acima de todos os individualismos e de todos os excessos, paira a vontade nacional de escolher os seus próprios caminhos" ("OS CAMINHOS...", 1981, p. 7). É interessante a hierarquização proposta pela fala do Ministro: a "vontade nacional" *paira*, estática ou quase, *acima* do "alarido" das vozes da oposição; ela não se mistura com esse ruído – trata-se da vontade de "escolher os seus próprios caminhos", o que nos dá a entender que, na visão de Délio Jardim, os caminhos propostos pelas diversas oposições seriam estranhos àquela comunidade nacional.

Esta comunidade que, como ressaltamos, lembra um todo orgânico portador de uma única e homogênea vontade teria, como sua máxima expressão, as próprias Forças Armadas, conforme se vê na formulação do antecessor de Alfredo Karam no Ministério da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca, em 1981. Para ele, após o golpe de 1964,

> Seguiram-se tempos difíceis, é forçoso reconhecer, em que *as forças vivas da Nação* foram mobilizadas para a urgente tarefa de

> reorganizar o país e, ao mesmo tempo, dar combate à ação deletéria dos que escolheram o crime e a subversão como meios para atingir fins duvidosos". (MAXIMIANO... p. 4, itálico nosso).

Nesta passagem, fica sugerida uma operação retórica para a justificação do autoritarismo do regime implantado em 1964 e da violência repressiva que ele dirigiu contra seus opositores: ambos teriam sido postos em prática pelas Forças Armadas, mas estas agiam como "forças vivas da nação", ou seja, era como se a ação dos militares fosse apenas a representação de uma entidade nacional abstrata e monolítica.

Este tipo de representação aparece também na alocução proferida em 1986 pelo Ministro da Marinha no governo Sarney, almirante Henrique Saboya, para quem o golpe teria sido obra da "Nação brasileira" que, "Num ato de *vontade coletiva*" produzido em "momento de *união exemplar*", teria sabido "efetuar as mudanças necessárias para a reorientação do caminho a trilhar". (ORDEM, 1986, p. 5).

Conforme mostraremos de forma mais detalhada na seção posterior, tal entidade teria como base noções de "ordem", "harmonia" e "paz social". Ou seja, a nação imaginada pelos comandantes militares não comporta a dissensão. Ela se constitui de indivíduos que pensam e agem em conjunto, na defesa de valores que estão além e acima deles.

Por esta mesma razão, a ideologia comunista, baseada na ideia de luta entre as classes sociais, é vista como a principal inimiga da coletividade nacional. A acusação mais recorrente que se faz contra ela é justamente a de ser "exótica" , "excêntrica" ou "alienígena" (todas palavras que enfatizam a ideia de *exterioridade*); os comunistas pretenderiam, assim, "implantar no Brasil um regime totalmente incompatível com a formação histórica e as tradições de sua gente" (EXÉRCITO, 1979, p. 6).

A presença central da *nação* (em um sentido abstrato e atemporal) como instância geradora da convivência entre os homens deixa-nos entrever que a elite militar brasileira dos anos 1980 figurava o político de uma maneira distante daquilo que seria de se esperar em uma democracia liberal, aqui entendida como um regime no qual os indivíduos podem criar e modificar seus laços com a comunidade sem a coação exercida por instâncias sobrenaturais ou abstratas. A auto invenção por parte da sociedade parece estar excluída das formulações dos oficiais generais acerca da configuração política que julgavam desejável para o Brasil. É esta configuração que pretendemos descrever sumariamente na seção seguinte.

3 – O Brasil ideal na visão dos generais da transição

A figuração do *político* por parte das elites militares brasileiras, enfocada na seção anterior, traz à tona a questão de como essas elites com-

preendiam *a política*, ou seja, "o colocar em questão a ordem da cidade por seus próprios membros, (…) atividade onde as limitações constitutivas do *político* tornam-se objeto da deliberação e da decisão coletiva." (GAUCHET, 2005, p. 18). Trata-se, aqui, de verificar a agenda política das forças armadas brasileiras para o período da transição e para a democracia que se seguiria.

Nos discursos enunciados por ocasião do aniversário da vitória de 1964, uma noção se destaca vividamente: a *ordem*.

Esta palavra aparece recorrentemente nos discursos militares brasileiros ao longo de todo o século XX. Porém, chama nossa atenção o fato de que, de uma forma geral, tais discursos não se preocupam em definir um conteúdo para esta ideia. A "ordem" aparece como um valor absoluto, condição para o bem-estar social e para a evolução da sociedade. No primeiro aniversário da "Intentona", o Ministro da Guerra, general João Gomes Ribeiro Filho (apud. CARVALHO, 1981, p. 159), iniciava sua ordem do dia afirmando que "sem ordem não pode haver progresso; este repousa na garantia dos direitos reguladores das atividades individuais". Desta fala, podemos inferir que parte da "ordem" residia nesta regulação dos indivíduos, que, no entender do general, era uma responsabilidade dos militares, "elementos incumbidos de garantir a tranquilidade pública" (Ibidem).

Esta fala nos remete à formulação de Giuseppe Vergottini (1998, p. 851), para quem "A Ordem pública é comumente evocada como *limite ao exercício de direitos*". Para este autor, o uso legislativo deste conceito se dá, de uma forma geral, como "sinônimo de convivência ordenada, segura, pacífica e equilibrada, isto é, normal e conveniente aos princípios gerais de ordem desejados pelas opções de base que disciplinam a dinâmica de um ordenamento". Em outras palavras, nesta acepção, o conteúdo da "ordem pública" dependeria do Estado que a institui e do que este deseja em termos de comportamento social. Ou, como coloca Caio Graco Pinheiro Dias, "há ordem quando os comportamentos humanos se adéquam a critérios ordenadores, de forma que as relações que deles resultam entre os indivíduos sejam compatíveis com os objetivos perseguidos por quem instaura a ordem" (DIAS, 2008, p. 338).

Assim, em nosso entender, as elites militares brasileiras, pelo menos a partir dos anos 1930, como mostram os discursos compilados pelo general Ferdinando de Carvalho (1981), sempre compreenderam a "ordem" como a vigência e a estabilidade de determinados padrões de relações sociais. Estes padrões, por sua vez, se assentariam em ideias de desigualdade e de hierarquia.

Por causa deste apego à ideia de ordem, as falas castrenses manifestam, de forma geral, grande rejeição pela mobilização política autônoma (ou seja, não dirigida pelo Estado) da sociedade, sobretudo quando ela se desvincula da noção orgânica de "nação".

Além dos determinantes de média e longa duração que elencamos

acima, a compreensão da a agenda política da cúpula militar brasileira ao longo dos anos 1980 exige que levemos em conta também o próprio caráter da transição brasileira, iniciada ainda na década anterior, a partir do governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), e cujos objetivos conservadores continuavam a orientar a atuação dos comandantes das Forças Armadas no período que estamos analisando. São vários os analistas que demonstram as limitações da transição enquanto instrumento de democratização.

Para Maud Chirio, por exemplo, a "distensão" de Geisel "foi mais uma tentativa de 'institucionalização da revolução' segundo ideais autoritários do que de democratização", e visava à "elaboração de um sistema político híbrido, securitário e elitista, tomando da democracia representativa alguns de seus elementos de legitimação, mas também de funcionamento efetivo" (CHIRIO, 2012, p. 172). Marcos Napolitano, por sua vez, coloca que a "'abertura' era parte de uma política de passagem gradual para um governo civil, ainda tutelado pelos militares" e que estes últimos "sabiam ser impossível a *manutenção do regime* sem combinar a 'institucionalização' do autoritarismo e da tutela e a progressiva retirada para os quarteis, para o pano de fundo da política de Estado." (NAPOLITANO, 2014, p. 235, itálico nosso). Já Bernardo Kucinski mostra que o pacote de reformas aprovado ao final do governo Geisel, em 1978, tinha o objetivo de reforçar o autoritarismo através de sua legalização (KUCINSKI, 2001, p. 70).

Estes e outros atores ponderam que o contexto político concreto, marcado pela revivescência dos movimentos sociais e pela articulação de posturas oposicionistas na sociedade civil, não permitiu que o projeto de transição seguisse rigorosamente os rumos traçados por seus elaboradores. Mas isto não impediu que permanecesse, por parte da cúpula militar, o interesse em edificar um regime no qual a "segurança nacional" prevalecesse sobre as liberdades públicas.

Ao contrário, a entrada em cena de setores politicamente organizados da sociedade foi vista pelos chefes militares como uma ameaça a ser debelada. O período entre 1979 e 1988 foi marcado por grandes greves (metalúrgicos, bancários, professores), pelo ressurgimento do movimento estudantil, pela volta da luta pela posse da terra e por pelo menos uma grande mobilização de massas diretamente ligada às instituições políticas: a campanha pelas eleições diretas para Presidente da República, em 1984.

Os chefes militares veem com grande desconfiança essa revivescência dos movimentos populares. Não cessam de lembrar que foi um contexto semelhante que deu origem à "Revolução" de 1964. É o que afirma, entre vários outros discursos, a ordem do dia do Ministro da Marinha, Almirante Maximiano da Fonseca, no décimo quinto aniversário da "Redentora":

> A Nação marchava aceleradamente para a desagregação, premida pela desordem política, pela agitação social e pelo caos econômi-

> co. (…) Sucediam-se interminavelmente as *greves políticas*, instigadas e inspiradas por uma minoria perversa e ressentida. (MARINHA, 1979, p. 6, itálico nosso).

Neste discurso, observamos que a postura ativa dos movimentos sociais representa, na visão dos oficiais generais, uma ameaça para aquela visão orgânica de "nação" que enfocamos na seção anterior. Note-se que a indignação do Almirante se volta para as "greves políticas", ou seja, para a organização dos trabalhadores com fins que ultrapassavam, hipoteticamente, as reivindicações econômicas. Em uma "greve política" o trabalhador vê a institucionalidade como objeto de deliberação e transformação, o que era inadmissível na concepção de "ordem" da elite militar.

Esse rememorar de 1964 pelo viés da "restauração da ordem" se faz presente ano após ano, nas falas dos três ministros militares. O Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, em 1979, elenca "o semear do ódio e da violência entre as classes" e a "institucionalização da baderna" como motivos para o movimento, que, em sua opinião deve ser avaliado "como instrumento de restauração da dignidade nacional" (AERONÁUTICA, 1979, p. 6).

Em 1982, o general Walter Pires, Ministro do Exército, cita, entre as principais motivações para a "Revolução", as "greves políticas que duravam meses" e a "subversão dos princípios da hierarquia e da disciplina". ("IDEAIS...", 1982, p. 7). No ano seguinte, após uma argumentação bastante semelhante, ressalta que as Forças Armadas fizeram uma revolução "Pacífica, ordeira, onde os castigos se limitaram à perda de cargos e direitos políticos". Mais à frente, oferece uma narrativa acerca da repressão desencadeada anos mais tarde. Após descrever os atos de "terrorismo" da esquerda, continua: "Mais uma vez reagimos com o respaldo da maioria ordeira, pacífica e democrática, com o rigor e os meios que as violências praticadas nos impuseram, visando ao restabelecimento da necessária ordem e respeito às instituições nacionais." ("A REVOLUÇÃO...", 1983, p. 4).

Porém, os militares não se limitam a lembrar sua ação no passado; também fazem questão de advertir que não permitiriam a "ação nefasta" dos "maus brasileiros" que se agitavam "a serviço de ideologias exóticas e acobertados pela capa de defensores da democracia, quando, na verdade, planejam destruí-la" (EXÉRCITO..., 1980, p. 4). Ficava patente que a transição dependia da obediência a limites políticos e ideológicos impostos pelas forças armadas.

O mesmo general, Walter Pires, no ano seguinte (marcado por graves denúncias de violações de Direitos Humanos cometidas pelos militares nos anos 1970), dispara contra a "persistente e insidiosa ação de uma minoria ativa que, com escusa finalidade, tenta desavir as instituições militares e indispor o cidadão civil com o cidadão fardado" (VENCEREMOS..., 1981, p. 5). A crítica aos ideais da "Revolução" aparece, muito frequentemente,

como obra de "maus brasileiros", fazendo com que a diversidade de opiniões seja um elemento indesejado para aquelas elites.

Aparece, aqui, uma limitação fundamental para o que Gauchet chama de "liberalismo mínimo", que se resume nas "condições de abertura da coletividade para a mudança, e da participação de seus membros na inovação coletiva" (GAUCHET, 2005, p. 25). No Brasil da transição, esta abertura para o futuro ficava seriamente comprometida, tendo em vista que os chefes militares faziam questão de demarcar rigidamente os caminhos que poderiam ser tomados pela sociedade civil, inclusive (e principalmente) no tocante a suas relações com o Estado.

Esta decisão de manter o controle do aparato militar sobre a formatação do Estado se revela explicitamente no discurso proferido pelo chefe do Estado-Maior do Exército[8], general Samuel Alves Correa, por ocasião dos quinze anos do golpe de 1964. Na oportunidade, o general lembrava que a "Revolução" vivia agora a implantação da "opção de suas origens, a democrática", e fazia recomendações sobre como deveria agir cada segmento da sociedade no sentido de se concretizar esse objetivo.

Assim, os meios político/partidários deveriam buscar o "consenso indispensável", evitando a "radicalização" e a "intransigência"; empresários e trabalhadores teriam estabelecer um relacionamento "solidário e fraterno", passando longe da "rutura social", enquanto aos formadores de opinião (jornalistas, clero, intelectuais) caberia "orientar a opinião pública no sentido (…) da conjugação de vontades, sentimentos e ações em prol do bem comum" (GENERAL..., 1979, p. 8).

Vê-se que a chamada "abertura democrática" estava condicionada a uma "adesão à ação governamental"; o "povo" era chamado a participar, mas não a participar livremente – era chamado a atuar sob o comando dos dirigentes do Estado. Observa-se, nas falas daqueles chefes, uma vontade de demarcar espaços onde a atividade política seria tolerada, vetando-se sua prática fora dali.

Também em 1979, o comandante da VI Região Militar, General Gustavo Moraes Rego[9], qualificava de "inaceitável" a reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE) porque, segundo ele, a entidade tinha, quando legal, "finalidade ideológica e política, ao invés de propósitos exclusivamente universitários". Ainda segundo o general,

> política é uma cachaça, por isso não deve ser praticada nas escolas, senão haveria quem só fizesse tal, quando deveria debater assuntos acadêmicos e profissionais. Os partidos políticos estão aí para

[8] O Estado-Maior do Exército é o órgão responsável pelo planejamento estratégico da Força Terrestre.

[9] Moraes Rego fora chefe do Gabinete Militar no Governo de Ernesto Geisel, de quem era muito próximo.

> fazer política e acho que os estudantes e as mulheres deveriam ter participação maior. (GENERAL..., 1979, p. 9).

Consideramos as colocações de Moraes Rego altamente iluminadoras do pensamento militar durante a abertura. Observe-se que uma entidade estudantil, para o comandante, deve ater-se exclusivamente a atividades acadêmicas. A política, tão viciante quanto a cachaça, se torna perigosa fora dos espaços demarcados – os partidos, eles sim, os lugares de se "fazer política", merecendo até uma convocação a uma "participação maior" de jovens e mulheres. Nestes discursos o "fazer política" é uma atividade pré-definida e pré-circunscrita pelo Estado, não havendo espaço para a sociedade se organizar onde julgar mais apropriado.

E não era só o "como" e o "onde" do fazer político que se viam demarcados e limitados pelos generais da transição, mas também, com o mesmo destaque, o "quem". Ao celebrar os vinte anos do golpe, o general Walter Pires comparava a campanha pelas eleições presidenciais diretas, então em curso, com aquela pelas Reformas de Base, durante o governo Jango. Classificava a ambas como "solução de palanque" e anunciava claramente como julgava que deveria ser conduzido o processo de transição: "Cremos, sim, nas elites políticas responsáveis, capazes de levar o Brasil ao seu destino de grande nação." (CLICHÊS, 1984, p. 6).

Considerações finais

O estudo das figurações do político por parte dos comandantes militares brasileiros durante a transição traz em si o potencial de iluminar, ainda que parcialmente, as dificuldades encontradas para a construção democrática já na fase posterior (e atual), a chamada "Nova República".

Com efeito, a promulgação da Constituição de 1988 e a vigência formal, desde então, de um Estado Democrático de Direito, ainda não foram capazes de levar a sociedade brasileira a uma reconstrução de si enquanto comunidade política, ou seja, a uma reelaboração não só dos marcos que devem reger nossa convivência enquanto indivíduos, mas também (e principalmente) a coexistência de distintos projetos coletivos de sociedade, de Estado e de relações entre estas duas esferas.

Na verdade, no ano mesmo da aprovação daquela Carta, os militares ainda celebravam – desta vez em uma "ordem do dia" conjunta – o 31 de março como um momento em que as Forças Armadas "restabeleceram a normalidade pública, preservaram as instituições e salvaguardaram os valores nacionais" e afirmavam ter sido necessário "unir a nação" antes da "transição para a democracia plena" (MILITARES, 1988, p. 6). Na verdade, essa plenitude não viria a se verificar na realidade, tendo em vista que o texto Constitucional aprovado naquele ano garantia inúmeras prerrogativas

às Forças Armadas, inviabilizando o controle civil democrático das mesmas, como demonstrado por Jorge Zaverucha (2010).

Permanece, em nossos dias – entre vários outros fatores a dificultar uma democratização de fato – a desconfiança dos órgãos de segurança, sobretudo das Polícias Militares (formadas e geridas sob padrões ditados pelo Exército) em relação à organização e à ação política autônomas de parcelas da sociedade. Essa desconfiança se materializa na criminalização dos movimentos populares e na repressão às suas iniciativas, atitudes das quais tivemos fartos exemplos durante as "jornadas de junho" e as manifestações de 07 de setembro, ambas em 2013, bem como no ato contra a Copa do Mundo em São Paulo, a 22 de fevereiro de 2014, quando até mesmo jornalistas no exercício de sua atividade foram presos e espancados.

A permanência da vinculação do político a referenciais orgânicos (como a "nação" entendida como todo monolítico) ajuda a entender também a dificuldade encontrada pela sociedade brasileira no sentido de formular politicamente seus problemas e suas demandas. É como se o bloqueio da "inversão liberal", realizado em 1964 e também durante a transição, tivesse nos conduzido diretamente da *imposição* do político sobre o social, característica dos regimes autoritários, à *erosão* da esfera do político (fenômeno que erode também o social, visto que este tem naquele sua condição de existência). Ainda não pudemos viver um momento em que a sociedade, sem abrir mão de sua condição política, reflita livremente sobre ela, e busque reformulá-la para torná-la mais plena.

Referências

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, Alzira Alves. **A democratização no Brasil**: atores e contextos. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BORGES, Nilson. "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 (O Brasil Republicano, v. 4), pp. 13-42.

CARVALHO, Ferdinando de (org.) **Lembrai-vos de 35!.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. **O espírito militar**. Um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

CHIRIO, Maud. **A política nos quarteis**. Revoltas e protestos de oficiais na ditadura brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). **A volta aos quartéis**. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DIAS, Caio Graco Pinheiro. Direito e ordem social. **Integração** (USJT), v. XIV, p. 337-343, 2009.

FICO, Carlos. Brasil: a transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica. **Violência na história**: memória, trauma, reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, pp. 25-38.

GAUCHET, Marcel. **La condition politique**. Paris: Gallimard, 2005.

HUNTINGTON, Samuel P. **O soldado e o Estado**. Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional**. Estudo social e político. Rio de Janeiro: edições GRD, 1967.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

MAXIMIANO Fonseca lembra os "tempos difíceis" após 1964. **Folha de São Paulo**, 31 de março de 1980, p. 4.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSANVALLON, Pierre. **Le peuple introuvable**. Paris: Gallimard, 2002.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TEIXEIRA, Mauro. **A revanche dos vencedores**: história, memória e luta política no *Orvil*. Dissertação de Mestrado. Mariana: UFOP, 2012 (mimeo).

VERGOTTINI, Giuseppe. "Ordem Pública". In: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998 (2 v.), pp. 851-2.

ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado da Constituição brasileira de 1988. In TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, pp. 41-76.

Artigo recebido em 28-02-2014, revisado em 15-10-2014 e aceito para publicação em 29-10-2014.